

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política 30 de agosto a 02 de setembro de 2016 - Belo Horizonte

Área Temática: Sociologia Política

Elite econômica e política: os dirigentes das grandes indústrias e as instituições democráticas no Brasil¹

Paulo Roberto Neves Costa (UFPR)

Resumo:

Há cerca de 50 anos atrás as primeiras pesquisas de natureza sociológica acerca dos empresários no Brasil estavam dando os primeiros e decisivos passos de uma agenda de estudos que se tornou um tema de grande relevância nas Ciências Sociais brasileiras até os dias de hoje. Nesses primeiros trabalhos, constatamos a presença das categorias analíticas mais próximas do marxismo e da preocupação com as questões da “classe”, da “burguesia”, da dominação de classe, das frações de classe e da hegemonia. Ressalvando que, embora com outro viés, tais assuntos também estão presentes nas obras de Max Weber, como, por exemplo, a questão do “espírito” capitalista, podemos notar que outras questões mais próximas de suas proposições também perpassavam o surgimento da análise sociológica dos empresários no Brasil. Nesses estudos pioneiros, encontramos questões sobre a relação entre, de um lado, a “mentalidade” (Cardoso, 1964), ou a “ideologia empresarial” (Martins, 1968) ou mesmo “ideologia própria” (Bresser Pereira, 1974), e, de outro, o desenvolvimento da sociedade capitalista e industrial no Brasil. E tal relação se deu sempre de forma articulada à análise de seu comportamento, em especial administrativo ou gerencial, enquanto *empreendedores*, mas também enquanto agentes políticos. Portanto, se tais análises se debruçaram sobre a forma de pensar dos empresários, também foram intensamente marcadas pela questão da sua relação com o Estado e a política. E isso se deu tanto no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento econômico (Cardoso, 1964, Martins, 1968 e Bresser Pereira, 1974), quanto no que diz respeito ao processo de industrialização (Diniz, 1978 e Leopoldi, 1984) ou ao regime político (Boschi, 1979). Este fato também marcou profundamente os estudos sobre os empresários no Brasil, até os dias de hoje.

Objetivos:

Este trabalho pretende analisar os resultados da Pesquisa *International Management Studies* (IMS) na qual foram entrevistados altos dirigentes de grandes empresas industriais no Brasil. Serão considerados os dados relativos a um conjunto de questões relativas às opiniões destes empresários sobre o Estado, as instituições políticas e a democracia. Além da análise dos dados, faremos uma comparação com estudos clássicos sobre o empresariado no Brasil, em especial aqueles que se voltam para o mesmo objeto e adotam procedimentos metodológicos semelhantes, e também com outras pesquisas nossas mais recentes. O objetivo geral é, mais do que simplesmente caracterizar a cultura política deste grupo, obter elementos para uma agenda mais robusta de análise de suas ações concretas.

Metodologia:

O critério utilizado para a seleção das empresas foi estar entre as 100 de maior faturamento no ano de 2010, considerando o *ranking* da revista *EXAME*, publicado anualmente no exemplar “*Maiores e Melhores do ano*”. Após a seleção das empresas, foram identificados os nomes dos principais diretores das indústrias listadas, ou seja, o nome do presidente,

¹ Este trabalho faz parte das atividades relativas à Bolsa de Produtividade e projeto de pesquisa financiados pelo CNPq.

CEO e diretor geral. Entre 2012 e 2013, foram realizadas 32 entrevistas, contemplando predominantemente os CEOs, mas também alguns membros do segundo escalão e alguns CEOs de gerações passadas. Nas entrevistas foi utilizado um questionário padrão com perguntas abertas.

Resultados:

À despeito das semelhanças e diferenças metodológicas e cronológicas das pesquisas aqui comparadas, verificamos que, nos primeiros estudos sobre os empresários no Brasil a análise das ideias e da “cultura” estava imbricada à questão da economia e do desenvolvimento econômico. E em nossas pesquisas, a análise da cultura política considerou a questão da democracia e de suas instituições. Em ambos os casos, trata-se de algo sugerido pela, e está vinculado à própria análise da história e do comportamento e da ação dos empresários. Mais propriamente em relação ao “*espírito*” da política empresarial, constatamos que há certa validade teórica e metodológica no tratamento de nosso objeto. Por exemplo, as questões políticas não podem ser reduzidas ao “*self-entrepreneur*” (Weber) e que os empresários, enquanto grupo, tem que enfrentar as questões de natureza coletiva da política, frente a outros coletivos e à sociedade como um todo, e com ganhos não-seletivos (Olson). Isso se torna mais complexo quando consideramos que esta dimensão, assim como outros espaços da cidadania, ainda está em construção no Brasil. Os dados sugerem também que há a dimensão ‘nacional’ da preocupação dos empresários com a política, a despeito da necessidade de pensar de forma global no que diz respeito ao mercado e à economia. Ou seja, em geral, política significa política econômica. Isso seria irrelevante se o Brasil fosse uma democracia plena e historicamente consolidada. Comparativamente com a capacidade de falar sobre economia e mesmo o empenho em argumentar acerca da política econômica, as posições sobre política são mais imediatistas, superficiais e próximas ao senso comum e ao jornalismo, inclusive no uso das expressões. Por fim, na análise da cultura política deste segmento da elite econômica brasileira, verificamos a existência de uma dificuldade em pensar a política a partir de suas instituições, fazendo-o apenas em torno de políticas específicas (*outputs*). Ou seja, em geral, política significa política econômica. Isso seria irrelevante se o Brasil fosse uma democracia plena e historicamente consolidada. Comparativamente com a capacidade de falar sobre economia e mesmo o empenho em argumentar acerca da política econômica, as posições sobre política são mais imediatistas, superficiais e próximas ao senso comum e ao jornalismo, inclusive no uso das expressões. Em suma, os resultados da pesquisa reforçam a importância do estudo dos empresários para a compreensão não apenas do *novo espírito do capitalismo*, mas do próprio *novo capitalismo* e da *nova sociedade* e da *nova democracia* que nele existem no Brasil de nossos dias, inclusive daquilo que ela ainda mantém de *antigo*.

* * *

Introdução

Há cerca de 50 anos atrás, as primeiras pesquisas de natureza sociológica acerca dos empresários no Brasil estavam dando os primeiros e decisivos passos de uma agenda de estudos que se tornou um tema de grande relevância nas Ciências Sociais brasileiras até os dias de hoje. Nesses primeiros trabalhos constatamos a presença das categorias analíticas mais próximas do marxismo e da preocupação com as questões da “classe”, da “burguesia”, da dominação de classe, das frações de classe e da hegemonia. Ressalvando que, ainda que com outro viés, tais assuntos também estão presentes na obra de Max Weber, podemos notar que outras questões mais próximas de suas proposições também perpassavam o surgimento da análise sociológica dos empresários no Brasil.

Nesses trabalhos pioneiros encontramos questões sobre a relação entre, de um lado, a “mentalidade” (Cardoso, 1964), ou a “ideologia empresarial” (Martins, 1968) ou mesmo “ideologia própria” (Bresser Pereira, 1974), e, de outro, o desenvolvimento da sociedade capitalista e industrial no Brasil. E tal relação se deu sempre de forma articulada à análise de seu comportamento, em especial administrativo ou gerencial, enquanto *empreendedores*, mas também enquanto agentes políticos. Portanto, se tais análises se debruçaram sobre a forma de pensar dos empresários, também foram intensamente marcadas pela questão da sua relação com o Estado e a política, seja no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento econômico (Cardoso, 1964, Martins, 1968 e Bresser Pereira, 1974), seja no que diz respeito ao processo de industrialização (Diniz, 1978 e Leopoldi, 1984) ou ao regime político (Boschi, 1979). E isso também marcou profundamente os estudos sobre os empresários no Brasil, até os dias de hoje².

Quando consideramos algumas das proposições de Max Weber sobre o *Espírito do capitalismo*, notamos que, embora os temas da política e do Estado, centrais em outras de suas obras, sejam mencionados apenas para exemplificar e enfatizar a natureza “racional” das sociedades capitalistas ocidentais, remetem a algumas questões interessantes e sugestivas para pensarmos o que seria o *espírito da política empresarial*.

Nosso objetivo é partir das inspirações geradas por estas proposições para, de um lado, muito brevemente, pensarmos a literatura pioneira sobre empresários no Brasil, e, de outro, analisarmos os dados de pesquisas que realizamos sobre a *cultura política* dos empresários na história recente do Brasil. Para tanto, de um lado, remeteremos a trabalhos anteriores sobre o assunto³, e de outro, analisaremos os resultados da Pesquisa *International Management Studies* (IMS), na qual foram entrevistados altos dirigentes, os CEOs, de grandes empresas industriais no Brasil, entre 2012 e 2013⁴. Serão considerados os dados de um conjunto de questões relativas às opiniões destes empresários sobre o Estado, as instituições políticas e a democracia. Além da análise dos dados, faremos uma comparação com estudos clássicos sobre o empresariado no Brasil, em especial aqueles que se voltam para o mesmo objeto e adotam procedimentos metodológicos semelhantes, e também com outras pesquisas nossas mais recentes. O objetivo geral é, mais do que simplesmente caracterizar a cultura política deste grupo, obter elementos para uma agenda mais robusta de análise de suas ações concretas.

² Para um levantamento desta questão na literatura, ver Mancuso, 2007, além de outros trabalhos deste mesmo autor.

³ Ver Costa, 2007 e 2012, Costa e Engler, 2008 e Costa, Roks e Santos, 2012.

⁴ O critério utilizado para a seleção das empresas foi estar entre as 100 de maior faturamento no ano de 2010, considerando o ranking da revista EXAME, publicado anualmente no exemplar “Maiores e Melhores do ano”. Foram realizadas 33 entrevistas, contemplando predominantemente os CEOs, mas também alguns membros do segundo escalão e alguns CEOs de gerações passadas. Nas entrevistas foi utilizado um questionário padrão com perguntas abertas. Outros detalhes sobre esta pesquisa podem ser obtidos em Pohlmann, Bär e Valarini (2014).

I - A Ética Protestante e a análise do espírito da política empresarial no Brasil

Max Weber mostra que o comportamento capitalista não significa apenas uma técnica ou “bom senso comercial”, mas sim um dado “*ethos*” ou uma “ética peculiar”, que implica em certo “dever”. É esta “qualidade” que Weber entende ser crucial para se entender o “espírito” do capitalismo “moderno”, “ocidental” e “norte-americano”.

Em *A ética protestante*, Weber deixa claro que a questão é o tipo específico de *racionalidade* característica do capitalismo ocidental, portanto estranha a outras formas de sociedade, do presente e do passado, que implica no estabelecimento do ganho como a finalidade da vida. E conclui: “*If this essay makes any contribution at all, may it be to bring out the complexity of the only superficially simple concept of the rational*”. Além disso, nesta obra Weber afirma que a marca da racionalidade ocidental sobre o Estado e a economia é o “funcionário especializado”, e também que, em relação à política, seriam igualmente exclusivos do Ocidente as associações políticas e sociais, os parlamentos, os representantes eleitos, os “demagogos” e os partidos políticos (WEBER, 1992).

Neste sentido, estamos entendendo por *espírito da política empresarial* como uma forma de abordar a racionalização feita por parte dos empresários relativa à política, às instituições políticas e à democracia, entendendo que essa noção se coloca como uma boa ferramenta tanto para analisar o âmbito das ideias, como também formular hipóteses de trabalho eficazes no estudo de suas ações concretas no campo político.

Assim, uma primeira questão que se apresenta é como se colocaria a racionalidade dos empresários no que diz respeito à política e ao Estado, em particular em uma sociedade na qual o Estado teve e ainda tem um papel tão decisivo no capitalismo, como é o caso brasileiro? Mais particularmente, como sugere Weber, como eles se relacionariam com fatores como a burocracia estatal, as associações, os partidos, os políticos e o parlamento? E se para Weber o decisivo é a ação, o mesmo valeria para a relação entre as ideias e a prática política.

Em suma, mesmo que sejam especulações, o próprio Weber entendia que o conceito de “*espírito do capitalismo*” possuía um sentido provisório, portanto não definitivo ou acabado. A tese central de *A ética protestante* não é a proposição dos fatores culturais como variável independente ou mesmo necessariamente importantes para a compreensão de todos os processos históricos, mais ou menos complexos. Max Weber propunha que, embora os aspectos econômicos fossem fundamentais no processo histórico, fatores de outra natureza podem ser decisivos para que um determinado processo histórico de natureza econômica ocorra. Esse seria o caso da importância do Estado e da política para o capitalismo no Brasil, e, portanto, para os empresários brasileiros, desde a sua constituição até os dias de hoje. Isso remete à necessidade de, por um lado, verificar como eles pensam

a questão da política e, por outro, pensar nas implicações disso para as suas ações, econômicas e políticas.

Não pretendemos dar conta de todas essas questões, em todas as suas implicações, mas apenas reforçar a pertinência da preocupação que orienta este trabalho e propor uma forma de trata-la a partir de um objeto específico. Para tanto, antes de tratarmos dos dados empíricos, faremos também uma breve revisão da literatura correlata aos empresários.

II - Cultura política nos estudos pioneiros da sociologia dos empresários no Brasil

Além da importância da questão da ideologia e da mentalidade presentes nos trabalhos pioneiros já mencionados, podemos destacar o trabalho de Renato Boschi (1979), no qual se coloca a questão das **relações entre classe** e a **conformação institucional do sistema político**, enfim, os “tipos de vínculos” entre a “**burguesia industrial**” e o aparelho de Estado no contexto de uma sociedade em desenvolvimento acelerado para formas de capitalismo avançado, ou seja, o Brasil pós-1964. Esta obra foi selecionada entre tantas outras de grande relevância na área por se aproximar dos objetivos deste trabalho, não apenas no que tange ao objeto e a alguns aspectos metodológicos, ou seja, dirigentes de empresas em situação de entrevista, mas sobretudo por voltar-se mais particularmente para a questão da relação entre os empresários e as instituições políticas.

Boschi toma por objeto os dirigentes de grandes empresas e de entidades de representação do setor industrial por dois motivos: 1- A ação da “burguesia” teria um papel decisivo nas características do regime político; 2- A necessidade de verificar o que de fato a “burguesia” era. O método utilizado pelo autor para a definição daqueles que comprariam o objeto é tanto o posicional quanto o reputacional, frente aos quais buscou coletar informações sobre os “**valores e posições**” desta “**elite industrial**”, em relação a pontos como legislação trabalhista, intervenção do Estado na economia e participação do capital estrangeiro. A compreensão destes valores permitiria “esboçar o padrão histórico da participação burguesa como base para a compreensão de seu contexto atual”. A atenção concentrou-se nas empresas industriais nacionais e o objetivo foi verificar a posição em relação ao Estado, as preocupações políticas e a percepção acerca de sua própria participação no processo político. Para Boschi, esta relação permitiria uma “... descrição do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil como relacionado à auto-identificação, expansão e consolidação dos empresários industriais nacionais enquanto classe” (BOSCHI, 1979).

O autor verificou que havia relações informais e também através da “estrutura corporativa” e identificou alguns “padrões de relacionamento entre o setor público e o privado”, o que permitiu rever a questão da “autonomia do político” e colocar sob nova perspectiva a questão da “mudança política”, o que o levou à questão do papel das “elites

industriais nacionais” na construção de um Brasil mais aberto e competitivo. Enfim, são questões que podem ser articuladas à preocupação que perpassa as nossas pesquisas, ou seja, o papel dos empresários na constituição, nas mudanças e no funcionamento de um dado arranjo econômico e político.

Segundo Boschi, os empresários eram ativos e tinham capacidade de iniciativa, por exemplo, na integração do mercado, na criação de fontes de crédito, e na “garantia de um espaço de negociação direta com a burocracia estatal”. Mesmo tendo várias limitações à “capacidade da burguesia de ser hegemônica, esta classe fora, não obstante, muito ativa na defesa dos seus interesses no decorrer do tempo” (BOSCHI, 1979).

A prática política das “elites empresariais” indicaria “... que sua perspectiva política ainda guarda semelhança com alguns fundamentos do pensamento autoritário”, como mostram os seguintes aspectos: 1- Pouca ou nenhuma importância para os mecanismos de competição política (partidos e parlamento); 2- Privilégio da prática de contatos diretos com as esferas decisórias; 3- Visão elitista do processo decisório e de sua participação neste; 3- Ênfase nos aspectos técnicos e desprezo pelos aspectos políticos desta participação; 4- Ênfase na supressão do conflito, em oposição à sua institucionalização, principalmente em relação à incorporação das classes trabalhadoras no processo político (BOSCHI, 1979).

Quanto à questão central da “**mudança política**”, se coloca uma questão que não é exclusiva deste debate: “quais são as possibilidades de vigência de um projeto político de dominação burguesa no contexto da presente dinâmica?”. Segundo Boschi, no **longo prazo**, dos anos 1930 aos 1970, houve uma “progressão” por parte dos empresários, visíveis nos seguintes aspectos: 1- Maior preocupação com as regras do jogo político, ao invés da sua simples aceitação; 2- Isso levou ao questionamento de dois aspectos da ordem autoritária: I- A negociação direta no que tange às relações trabalhistas; II- O controle do Estado sobre o mercado; 3- O fato de que tais questões estão sendo colocadas sinaliza que o regime autoritário estava passando por uma “crise”; 4- Assim, “As possibilidades de hegemonia burguesa e, por extensão, de um sistema político competitivo no Brasil, dependem obviamente do consenso a respeito das regras fundamentais da democracia”, tanto internamente à classe, quanto na relação com os demais setores da sociedade: I- Internamente à classe, haveria mais “fragmentação e dissenso” em relação a tais regras; II- E os conflitos competição intraclasse, mais especificamente entre segmentos monopolistas e de pequenas e médias empresas, tornaram-se mais importantes do que aqueles entre capital nacional e estrangeiro.

Esta breve apresentação das proposições de Boschi tem como objetivo fazer uma comparação com os resultados de nossas pesquisas, que serão apresentados a seguir.

III - A cultura política democrática dos empresários na história recente o Brasil

Neste momento vamos comentar os resultados de pesquisas recentes sobre a cultura política dos empresários brasileiros. Esta seção considera a cultura política da *elite empresarial* e da *elite econômica*. Por *elite econômica* estamos entendendo os altos dirigentes de grandes empresas e por *elite empresarial* os dirigentes de associações e entidades de representação de empresários⁵. De um modo geral, o critério de seleção dos indivíduos seguiu o método posicional e as entrevistas buscaram não apenas as opiniões como também as justificativas, permitindo trabalhar com maior profundidade a *racionalização* subjacente ao *espírito da política empresarial*.

III.1 - A cultura política da *elite empresarial* brasileira:

Considerando que as pesquisas foram realizadas entre 2004 e 2010⁶, um primeiro aspecto a ser observado é a permanência, em menor intensidade se compararmos ao o que acontecia no final dos anos 1990, de uma visão *gerencial, administrativa e normativa* da política e do processo decisório, como se a política fosse somente uma questão de bom gerenciamento da coisa pública⁷. Havia uma crítica ao peso do Executivo, aos partidos políticos, ao Congresso Nacional e ao poder da burocracia no processo decisório, embora esta crítica convivesse com a defesa da importância do chefe do Executivo e a visão gerencial da política. Se nos anos 1980 e até início dos 1990 se verificava uma atitude reticente e preconceituosa em relação às forças políticas de esquerda por parte do empresariado organizado, já em meados dos anos 1990 as mudanças que ocorriam nos partidos de esquerda em relação às suas propostas para o país, também se refletiam e eram percebidas pelos empresários (Costa, 2005).

No início dos anos 2000, em relação à questão da participação política, a grande maioria dos dirigentes de entidade de representação entrevistados entende que a vantagem da democracia é a possibilidade de participação do maior número de pessoas nas decisões discorda da ideia de que o problema da democracia seriam os excessos de participação que ela gera. Quanto à tensão entre justiça social e manutenção da ordem, a grande maioria avalia que a desigualdade econômica é uma ameaça à democracia, contra apenas menos de um quinto que aceitam o fim do regime democrático diante da ameaça à propriedade privada. E a grande maioria entende que o bom funcionamento das instituições políticas (Congresso Nacional, partidos políticos, sistema eleitoral etc.) é mais importante que o bom funcionamento das instituições responsáveis pela política econômica (Ministérios da área econômica, agências, bancos públicos etc.).

⁵ Sobre esta distinção e suas implicações, ver Costa, 2014.

⁶ Ver Costa, 2007 e 2012, Costa e Engler, 2008 e Costa, Roks e Santos, 2012.

⁷ Sobre a forma como os empresários pensavam a política nos anos 1990, ver Costa, 2005.

Além disso, contatamos outros aspectos importantes das percepções e avaliações da elite empresarial: 1- forte adesão ao regime democrático; 2- reconhecimento dos limites do alcance da sua própria ação política frente às questões político-institucionais; 3- a ideia de que é possível fazer política sem assumir uma posição partidária; 4- a avaliação de que o problema da coisa pública é a falta de competência administrativa; 5- as críticas e insatisfações da elite empresarial com as instituições representativas apontam para a falta de solidez programática dos partidos e a submissão do Legislativo ao Executivo, mas estão longe de indicar a defesa de uma democracia sem partidos ou sem Parlamento; 6- a relevância da questão colocada por Bishin, Barr e Lebo (2006), de que o desempenho das políticas econômicas adotadas pelo Presidente da República é um elemento fundamental, daí a importância da avaliação, e suas respectivas justificativas, sobre a atuação da Presidência da República, em especial em relação à política econômica (Costa, 2012).

III.2 - A cultura política da *elite econômica*: os dados da pesquisa IMS

Em relação aos altos dirigentes das grandes empresas industriais, quando perguntados sobre as **instituições políticas** mais importantes para o bom funcionamento da empresa, da economia e da sociedade, a grande maioria teve dificuldade em entender do que se trata e mencionaram os ministérios e as agências ligados à economia, e comentaram sobre a política do governo para a economia⁸. Mas, houve também a referência à importância do Parlamento e do Poder Executivo e à necessidade de aprimorar e dar mais transparência ao sistema político (reforma política) para a solução de problemas como o número excessivo e a fragilidade ideológica dos partidos políticos e as dificuldades para a coalizão de governo se constituir. Os que se reportaram às instituições políticas fizeram referências à importância das entidades de representação e da orientação “politizada” dos sindicatos de trabalhadores, que não estariam assumindo a sua importância na gestão do capital.

Sobre o papel dos empresários em um projeto de desenvolvimento não apenas econômico, mas também social e político do país, algumas respostas se limitaram a avaliação do governo então vigente⁹. A maioria assume uma posição favorável ao que poderia ser chamado de *novo desenvolvimentismo* e valoriza a postura dos industriais em buscar soluções, embora estas sejam pensadas mais enquanto problemas de tecnologia, ou

⁸ As questões relacionadas a este assunto foram as seguintes: “Em sua opinião, quais instituições políticas são mais importantes para o bom funcionamento 1- da sua empresa, 2- da economia e 3- da sociedade? Em linhas gerais, como o Sr. avalia as características do sistema político brasileiro nos últimos anos e qual deveria ser o seu papel no futuro de economia e da sociedade brasileiras?”.

⁹ Este assunto foi tratado através da seguinte questão: “Qual é a sua avaliação sobre o real papel dos grandes empresários industriais, em particular, e do empresariado em geral, na história recente e nos rumos da sociedade brasileira, em particular no que diz respeito a uma política de desenvolvimento econômico e social?”.

seja, no enfretamento da questão enquanto “gestão” técnica ou de gerenciamento¹⁰. Houve também a referência a questões ambientais e à oferta de bons produtos e soluções para as pessoas, à geração de empregos e à responsabilidade social da empresa, mas não às instituições políticas ou às questões sociais. Enfim, há certo otimismo em relação ao envolvimento e ao compromisso dos industriais com o *novo desenvolvimentismo*, embora com a ressalva de que muito ainda há que se fazer.

Quando perguntados sobre o papel do Estado, houve alguma referência e a valorização das formas de ‘governança’, em especial enquanto diálogo com os empresários, já que as autoridades em geral não conheceriam o mundo empresarial¹¹. Os entrevistados manifestaram a necessidade de reconhecer a importância do Estado para a sociedade e a economia, mas também uma tendência favorável à privatização. Por fim, houve espontaneamente a crítica e a preocupação com a questão da corrupção¹².

Em suma, destas observações sobre a cultura política da elite econômica, verificamos a existência de uma dificuldade em pensar a política a partir de suas instituições, fazendo-o apenas de políticas (*outputs*). Ou seja, política em geral significa política econômica. Isso seria irrelevante se o Brasil fosse uma democracia plena e historicamente consolidada. Comparativamente com a capacidade de tratar da questão da política e mesmo quando se analisa a economia e a política econômica, as posições tendem a ser mais imediatistas, superficiais e próximas ao senso comum e ao jornalismo, inclusive no diagnóstico e nas expressões. Além disso, percebemos certa dificuldade de pensar no longo prazo e de forma diacrônica sobre a política e suas instituições.

Não pretendemos julgar ou dizer que o que este grupo social deveria ser e fazer, muito menos indicar contradições ou defender a ideia de que estão deixando de cumprir esta ou aquela “tarefa” ou “papel” que lhes seria inerente, mas reconhecer que seu empenho em compreender a política e a institucionalidade da democracia é limitado, quando se compara o empenho em compreender as questões da economia e da gestão empresarial, e mesmo quando se considera a importância não só para a economia, mas, sobretudo para a política e para a sociedade, de tais indivíduos.

¹⁰ Sobre a relação entre empresários e o “novo desenvolvimentismo”, ver Bresser e Diniz, 2009. Pohlmann, Bär e Valarini (2014) também indicam a tendência a existência de uma “mentalidade” gerencial, embora se reportando a outras dimensões da vida social.

¹¹ A questão proposta foi: “Em linhas gerais, qual é a sua avaliação sobre o papel do Estado na economia brasileira 1- na história recente e 2- nos rumos da sociedade brasileira?”.

¹² Em outro trabalho sobre a avaliação de um grupo de altos dirigentes empresariais sobre a questão da corrupção e da democracia no Brasil (PAZ e COSTA, 2014), verificamos em comum com as pesquisas anteriores a adesão à democracia, a insatisfação com os partidos políticos, a ideia de que a democracia brasileira não está nem muito bem nem muito mal, a crítica a o que seria a política ‘populista’ do governo federal e seus programas sociais e ao impacto negativo da corrupção sobre sociedade e a democracia.

Talvez esta habilidade não era decisiva para a ascensão na carreira e para o sucesso de suas atividades empresariais. A hipótese de levantada por Fernando Henrique Cardoso (1964) de que as elites econômicas, quando do sucesso e do crescimento de suas atividades empresariais, tenderiam também a se tornar parte das elites políticas, teria que ser complementada com a verificação do alcance das habilidades relacionadas à política, mais particularmente quando se trata de um regime democrático.

Por outro lado, as respostas também falam um pouco sobre a forma como o Estado, em especial o poder Legislativo, e o governo, ou seja, o poder Executivo, se relaciona com a elite econômica e os empresários em geral. Ou seja, tal relação não passa por dimensões mais regulares, estáveis e institucionalizadas, mas sim por contatos personalizados e setorializados, fator já explorado pela literatura sobre empresários no Brasil.

IV - Considerações finais

Como vimos acima, nos primeiros estudos sobre os empresários no Brasil, a análise das ideias e da “cultura” estava imbricada à questão da economia e do desenvolvimento econômico. E em nossas pesquisas, a análise da cultura política decorre da preocupação com a ação frente à política, à democracia e suas instituições. Em ambos os casos, trata-se de algo sugerido pela e está vinculado à própria análise da história e do comportamento e da ação dos empresários. E se isso implicasse em um uso por demais elástico do conceito de “*espírito*” e de “*cultura*” em relação a o que propôs Max Weber, novamente, em ambas suas proposições estão presentes “*as the preparation*”, e não “*as the conclusion*” da compreensão sociológica. Isso pode nos ajudar a construir hipóteses de trabalho e questões mais eficazes no tratamento da relação dos empresários com a democracia e suas regras fundamentais, com a burocracia estatal, as associações, os partidos, o sistema político, os demagogos, o papel do Estado na economia, e também seu próprio papel político, sua visão sobre a gestão da coisa pública, a esquerda, a corrupção, a desigualdade social e econômica e a reforma política.

Mais propriamente em relação ao *Espírito da política empresarial*, constatamos que a validade teórica e metodológica desta questão se expressa em alguns pontos que podemos destacar. Em primeiro lugar, em relação às questões da “*self-regulation*”, “*rationalization*” e “*ways of regulation*” propostas por Weber, no que diz respeito à política e a forma de pensar a política, passam pela dimensão da ação coletiva, dado que nela a lógica do “*self-entrepreneur*”, de um lado, e a das proposições de Olson, de outro, não se colocam. Isso significa que os empresários, enquanto grupo, terão que enfrentar coletivamente a questão da política, processo que, assim como outros espaços da cidadania, ainda está em construção no Brasil.

As questões da política e do Estado em âmbito nacional ainda são importantes e estão longe de poderem ser pensadas 'globalmente'. Isso ao menos levanta a hipótese de que o neoliberalismo, enquanto discurso sobre a relação entre Estado e mercado, ainda não é coerente com a ênfase na importância do Estado, ao menos no Brasil. Isso sugere a necessidade de outras pesquisas comparativas, como a *IMS* e a verificação do que existiria de globalização a respeito da relação entre empresários e política.

Os entrevistados chamam a atenção para os problemas relacionados às políticas econômicas e às instituições políticas, e sugerem que as autoridades não conhecem o *mundo empresarial* e carecem de competência para a gestão da coisa pública, mas cabe estudar o que eles conhecem sobre o que é o Estado, a política e o governo em uma democracia.

Os empresários possuem uma heterogeneidade nem sempre contemplada pelas pesquisas. Por exemplo, enquanto os *CEOs*, a *elite econômica*, estão mais preocupados com a corrupção, a estabilidade das políticas macroeconômicas e com a geopolítica, e a questão do Estado entra apenas enquanto "setor público", os presidentes das entidades, a *elite empresarial*, tendem a se colocar mais intensamente diante das questões relacionadas ao funcionamento das instituições políticas, nas quais se dão os processos decisórios.

A despeito de terem em comum com a população em geral alguns dos diagnósticos e das avaliações, e até mesmo as fontes de informação e formação de opinião, os empresários vivenciam a política, assim como a corrupção, de forma diferenciada, enquanto elite econômica (PAZ e COSTA, 2014). Além disso, e seu comportamento tem impacto igualmente diferenciado. Como destaca Claus Offe, os "proprietários, gerentes e representantes associados ao capital", têm a "... capacidade de definir a realidade de uma forma altamente consequencial, de forma que o que é percebido por eles como 'real', pode ter um impacto muito real para as outras classes e para os atores políticos" (OFFE, 1994). E isso para o bem e para o mal, ou seja, a democracia pode funcionar bem entre suas elites, mesmo que não se dê da mesma forma com a população em geral.

Em segundo lugar, a análise do *Espírito da política empresarial* sugere outras questões interessantes, como propõe Max Weber, "*as the preparation*", para a análise sociológica. Sobre a questão das variedades de capitalismo, não cabe aqui uma avaliação sobre o atual estágio do capitalismo no Brasil, mas devemos reconhecer que não há sinais de que, seja qual for o modelo, a democracia não faria parte de seu funcionamento. Daí a importância do estudo da relação entre empresários e democracia como parte de uma agenda de análise da relação entre sociedade e democracia e, mais particularmente, entre elites e democracia, portanto, não restrita apenas às instituições políticas democráticas.

Além disso, a análise da cultura política e o estudo do *Espírito da política empresarial* ganha mais sentido quando articulada à análise da ação e do comportamento dos

empresários. A isso pode ser agregada a questão da *classe*. Se considerarmos os autores pioneiros da Sociologia do empresariado no Brasil, esta é uma questão muito presente, embora mais no uso de expressões correlatas do que no desenvolvimento das implicações teóricas e sobretudo metodológicas e empíricas do tratamento dos processos históricos relacionados a esta questão. Não há como desenvolver aqui esta discussão, mas as reflexões acima isso reforça a importância, e ao mesmo tempo, remete à complexidade de uma *Sociologia Política da democracia* no Brasil, ou seja, contemplar na análise da experiência democrática no Brasil a consideração das variáveis societais, entre elas as relacionadas aos que possuem ou controlam os meios de produção.

Em suma, os resultados da pesquisa reforçam a importância do estudo dos empresários para a compreensão não apenas do *novo espírito do capitalismo*, mas do próprio *novo capitalismo* e da *nova sociedade* e da *nova democracia* que nele existem no Brasil de nossos dias, inclusive daquilo que ela ainda mantém de *antigo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSCHI, R. R. 1979. *Elites industriais e democracia*. Graal, Rio de Janeiro.
- BRESSER PEREIRA, L. C. 1974. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- BRESSER PEREIRA, L. C. e DINIZ, E. 2009. Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos Estudos Cebrap*, nº 84, julho.
- CARDOSO, F. H. 1964. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, Difel.
- COSTA, P. R. N. 2005. Como os empresários pensam a política e a democracia: Brasil, anos 1990. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, p. 422-449.
- COSTA, P. R. N. 2007. Empresariado, instituições democráticas e reforma política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, p. 99-116.
- COSTA, P. R. N. 2012. A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política. *Opinião Pública*, v. 18, p. 452/9-469.
- COSTA, P. R. N. 2014. Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. *Revista de Sociologia e Política*, 22, 47–57. doi:10.1590/1678-987314225204
- COSTA, P. R. N., & Engler, Í. G. da F. 2008. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). *Opinião Pública*. doi:10.1590/S0104-62762008000200009
- COSTA, P. R. N., Costa, L. D., & Nunes, W. 2014. Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). *Revista Brasileira de Ciência Política*, 227–253. doi:10.1590/0103-335220141409
- COSTA, P. R. N.; Roks, T. J.; SANTOS FILHO, G. O. 2012. Recrutamento, valores e padrões de ação política da elite empresarial. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, p. 111-136.
- MANCUSO, W. P. 2007. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28.
- MARTINS, L. 1968. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro : Saga.
- OFFE, C. 1984. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- PAZ, E. and COSTA, P. R. N. 2014. How native CEOs and chairmen's of Brazilian companies perceive corruption today. Work Paper for the 23rd World Congress of Political

Science, “Challenges of Contemporary Governance”, July 19 – 24, Montreal, Québec – Canada.

POHLMANN, M., BÄR, S. and VALARINI, E. 2014. The analysis of collective mindsets: Introducing a New Method of Institutional Analysis in Comparative Research. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 52, p. 07-25, dez.

PRICEWATERHOUSE and COOPERS, 2006. *2ª Pesquisa Líderes Empresariais Brasileiros*. Pricewaterhouse and Coopers, Brasil.

WEBER, M. 1992. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Routledge, London and New York.

\$ \$ \$